

# A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR E SUA INFLUÊNCIA NA PAISAGEM

Janete Teresinha Reis<sup>1</sup>  
Vera Maria Favila Miorin<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo trás uma discussão teórica referente aos conceitos de multifuncionalidade, agricultura familiar e paisagem com o propósito de compreender melhor a evolução, o processo e a consolidação de múltiplas funções no espaço rural. Pois, a multifuncionalidade contempla atividades agrícolas e não - agrícolas propondo novas referências ao meio rural, através da diversificação da produção. Com este propósito, ocorrerá a reorganização da paisagem, a valorização dos recursos existentes, a integração das formas produtivas e o desenvolvimento da agricultura familiar maximizando a produção agropecuária e a geração de renda. Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfica dos autores que tratam da temática, tendo como um dos requisitos referências de periódicos da Capes e como opção a maioria de origem estrangeira. Portanto, a discussão conceitual referente à agricultura familiar, multifuncionalidade e paisagem contribuiu para o entendimento desta temática que envolve o meio rural na atualidade.

**Palavras – Chave:** Multifuncionalidade, Agricultura Familiar, Paisagem.

## Introdução

A multifuncionalidade pode ser entendida como a adoção de múltiplas funções tanto de atividades agrícola como não agrícola na busca de novas referências para o espaço rural por meio de uma visão mais abrangente do rural, o qual pode proporcionar formas de desenvolvimento sem degradar o meio ambiente e os recursos naturais. A partir deste entendimento, a multifuncionalidade do rural constitui-se de atividades agropecuárias e o espaço rural apresenta-se de maneira diversificada, cujas funções vão além do seu tradicional papel agrícola - alimentar,

---

<sup>1</sup> Doutora em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, IPH/UFRGS e Aluna do Curso de Mestrado em Geografia. PPGGEO/UFSM. E-mail: reis.janete@gmail.com

<sup>2</sup> Orientadora no Programa de Mestrado em Geografia. PPGGEO/UFSM. Email: vmiorin.sma@terra.com.br

atribuindo ao campo funções que eram exclusivamente da cidade, em épocas passadas.

Com a introdução da multifuncionalidade a relação espaço rural e natureza passam a ser interligada introduzindo outras visões sobre o rural e a valorização de seus recursos apresentando múltiplas funções ambientais e territoriais. Para muitos o campo constitui-se como símbolo de saúde, descanso, tranqüilidade, liberdade, bem estar e beleza (Cristóvão, 2000).

As mudanças reorganizam o espaço abrindo novas atividades e formas de obtenção de recursos de renda ainda que aumente o trabalho no campo. Igualmente identificam-se outras potencialidades e oportunidades de concretizar idéias e projetos que visam à inclusão de antigas e novas atividades envolvendo produtos e também a própria paisagem. Inserem-se, neste contexto, os produtos agrícolas e agroindustriais, tanto alimentares como não-alimentares, promovendo a integração da paisagem, fauna, flora, águas minero-medicinais, artesanato, parques e reservas naturais, contrapondo a paz “interior” ao stress das grandes cidades.

Para Cristóvão (2000) a diversificação da produção familiar conduz a valorização da tradição e da “artesanalidade”, do saudável e do natural, na busca de novas formas de conduzir a agricultura familiar. A partir deste recorte temático o artigo será conduzido por uma discussão teórico-conceitual sobre os conceitos de multifuncionalidade, agricultura familiar e paisagem procurando compreender melhor a evolução e o processo da reorganização da paisagem com a introdução de múltiplas funções.

## **Evolução do termo multifuncionalidade**

O conceito de multifuncionalidade rural foi usado pela primeira vez na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro/ Brasil em 1992. Momento em que os governos participantes reconheceram o “aspecto multifuncional da agricultura, particularmente com respeito à segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável” (SOARES, 2001. p.41).

No contexto Europeu a primeira referência para com à multifuncionalidade das áreas rurais, foi realizada pela Comissão Européia em 1988, ocasião da comunicação “O Futuro do Mundo Rural”, considerando que “as áreas rurais não são apenas lugares onde as pessoas vivem e trabalham, mas onde desempenham

ao mesmo tempo funções vitais para a sociedade como um todo” (FIGUEIREDO, 1999). Este documento introduziu um forte sinal ecológico e ruralista simultaneamente, com o propósito de criar opinião referente à complementaridade e as inter-relações entre os sistemas que giram em torno do meio rural.

Na União Européia, o conceito de multifuncionalidade rural foi associado ao plano de Política Agrícola Comum o PAC (1992), que estabeleceu as bases econômicas e financeiras para a AGENDA 2000 (1997). Este novo enfoque teve como pretensão combinar a função produtora de alimentos para manter os produtores rurais no campo, conservar o meio ambiente e melhorar as condições de vida dos trabalhadores e sua população rural. Assim, a Europa passou a ser referencia mundial em debates e de reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura.

Assim, apenas em 1992 o debate da multifuncionalidade juntamente com os temas do desenvolvimento rural e sustentabilidade foram iniciados efetivamente. Nela foram anunciados, os princípios e os objetivos de desenvolvimento rural referindo-se: a preservação da face rural da Europa, a multifuncionalidade como perspectiva futura de encarar a atividade agrícola o caráter necessariamente integrado das futuras políticas dirigidas ao mundo rural, assumindo-se a necessidade de incentivar a diversificação da sua base econômica, afirmando-se que o desenvolvimento rural não depende exclusivamente do sector agrícola. Anunciou-se igualmente, medidas destinadas a incentivar o agricultor a recorrer a práticas culturais respeitadoras do ambiente, a submeter terras agrícolas a um programa de arborização em longo prazo e a melhorar o regime existente da reforma voluntária antecipada; medidas direcionadas para o novo conceito relativo à agricultura, a sua multifuncionalidade.

Na França, o enfoque multifuncional da agricultura passou a ser utilizado para justificar o direcionamento das políticas públicas para o rural (ROUX e FOURNELL, 2003). A França incorporou formalmente, de 1999 até 2002, a noção de multifuncionalidade em sua política agrícola, através da LOA – Lei de Orientação Agrícola, votada e promulgada em 1999. Neste contexto, a França deixou evidente a importância e a vontade política para a implementação de um projeto de desenvolvimento com ênfase nos princípios básicos da idéia de sustentabilidade.

A França foi um dos primeiros países a adotar o conceito de multifuncionalidade como política pública concreta e imediata após criar os

Contratos Territoriais de Exploração. Este representava uma forma contratual de compensar os agricultores que perdessem ganhos ao adotarem um modelo diferenciado de uso dos recursos naturais da sua propriedade com vista à proteção do seu patrimônio natural, social ou cultural.

Com a nova lei de orientação, a agricultura foi além do seu papel apenas estritamente econômico e levou em conta uma realidade complexa na qual assegura, por um lado, uma função social que consiste na criação e manutenção de empregos, e também a ocupação equilibrada do território, e por outro lado, uma função ambiental voltada à preservação e renovação dos recursos naturais e paisagísticos.

Mas, problemas como uso indevido dos recursos, decisões apressadas e erradas em função da falta de um melhor trabalho de base com os agricultores e direcionamento de recursos para agricultores oportunistas foram alguns impasses frente aos compromissos estabelecidos nos Contratos Territoriais de Estabelecimento (CTE). Este contrato tinha duração de 5 anos e previa compensações financeiras para agricultores interessados em adotar práticas que atendessem às múltiplas funções na agricultura (RÉMY, 2003).

Os princípios e objetivos da multifuncionalidade da agricultura na França se centravam na produção e segurança alimentar, diversificação das atividades ligadas à atividade agrícola (agroturismo e transformação), proteção do meio ambiente e preservação da paisagem, a manutenção de um tecido econômico social rural e produção de vínculo social (ROUX e FOURNELL, 2003). Estes objetivos foram atendidos em parte pelos agricultores, mas, os Contratos Territoriais de Estabelecimento foram extintos pelo governo francês e a nova reforma da Política Agrícola Comum da União Européia não foi desejada pela França.

Apesar dos impasses e limitações da implantação de ações voltadas a multifuncionalidade da agricultura na França, ocorre sua expansão pela Europa. Pois, a multifuncionalidade da agricultura ganhou notoriedade nas negociações da Organização Mundial do Comércio em 1999, contudo não houve consenso entre os países membros, pois enquanto os países exportadores de commodities, como Brasil e Argentina, buscavam a liberalização do comércio agrícola e remoção de barreiras comerciais; a Comunidade Européia lançou mão da multifuncionalidade para argumentar sobre a manutenção dos subsídios agrícolas a seus agricultores (SOARES, 2001).

O referido autor aponta a retórica da multifuncionalidade como uma estratégia protecionista da União Européia, que visava garantir a continuidade dos subsídios agrícolas, frente às pressões por um comércio livre nos debates da Organização Mundial do Comércio. Apesar dessas críticas, o autor acredita que a conceito de multifuncionalidade é útil para o reconhecimento das múltiplas funções estratégicas que a agricultura familiar exerce para a sociedade, e por meio de políticas públicas adequadas a agricultura familiar pode ser fortalecida.

Em 2009 a França produzia em torno de 22% da produção agrária europeia e concentrava 7,7% do mercado mundial de exportações, logo após dos Estados Unidos da América com uma proporção equivalente a 11,6% o nível do discurso como das atitudes das organizações profissionais francesas. Desde meados da década de 1960 práticas são condenadas, não somente porque ferem o dogma do monismo do mundo agrícola, mas também porque supostamente implicam uma concorrência desleal com aqueles agricultores que não contam com recursos complementares e por representarem um conjunto de iniciativas que retardam o desenvolvimento agrícola (SACCO DOS ANJOS, 2003).

Carneiro (2003) fundamentada na experiência europeia, afirma que na prática, a multifuncionalidade tem sido centrada na valorização econômica, levando em conta a qualidade dos produtos, diversificação das atividades nos estabelecimentos, criação de empregos, cujas medidas limitadas a nichos de mercados, reservados aos produtores competitivos.

Na Europa a multifuncionalidade da paisagem de forma geral está em fase de consolidação e a agrícola em particular. A multifuncionalidade da agricultura, neste caso se estende a atividade agrícola que desempenha outras funções além da produção de bens agrícolas e agro-alimentares. Esta atividade exerce um papel essencial para o desenvolvimento das áreas rurais ao preservar os bens e tradições culturais, particularmente na Europa, onde os espaços rurais são lugares privilegiados para apreender a diversidade paisagística.

A política agrícola da União Européia tem se direcionado cada vez mais para uma política de desenvolvimento rural, na busca de um “equilíbrio entre valores econômicos, sociais e ecológicos”. Embora a agricultura continue sendo o “coração” da economia rural, em muitas áreas ela já não constitui tanto sua força motora, pois os empregos não-agrícolas são dominantes e os agricultores são ocupados cada vez mais em tempo parcial. Uma política de desenvolvimento rural deve ser

multissetorial e, com base em um enfoque territorial que venha a contribuir para maior coesão econômica e social. Que venha contribuir na criação e manutenção de uma agricultura competitiva onde for possível desempenhando a função alimentar, mantendo a proteção da paisagem onde for necessário atende o a função ambiental e constituir o aumento da viabilidade e qualidade de vida das áreas rurais desempenhando a função rural (VANDEPOELE, 2000).

Para Perraud (2003) a multifuncionalidade da agricultura continua com certa ambigüidade, especialmente referente à definição restrita a implementação de políticas compensadoras. Ao estender o modelo da Europa a países do Sul, ou mesmo dos USA ou do Japão é dedicar recursos públicos de maneira a pagar ou compensar os agricultores pelos serviços sociais ou ambientais associados à produção e que não encontram remuneração via o mercado. Para ao autor, este fato é difícil de se defender, quando esses Estados mal conseguem apoiar todos os setores da sua própria produção agropecuária (SABOURIN e DJAMA, 2003). Esta proposta parece ainda mais difícil de defender quando no marco das negociações internacionais, as políticas de multifuncionalidade são taxadas de distorção a regra do intercâmbio livre (OCDE, 2001).

O debate sobre multifuncionalidade chegou recentemente ao Brasil, embora havendo um convênio de cooperação e intercâmbio científico entre pesquisadores brasileiros e franceses, que resultaram no projeto referente às Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras. Para Maluf (2003), a questão do autoconsumo das famílias rurais é um dos elementos de adequação do enfoque da multifuncionalidade na Europa para a realidade de elevada desigualdade social brasileira.

Com base nas funções da agricultura na Europa, os pesquisadores brasileiros elegeram para a pesquisa, quatro funções associadas à agricultura que consistem na reprodução socioeconômica das famílias rurais, promoção da segurança alimentar das famílias e da sociedade, manutenção do tecido social e cultural e a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural (WANDERLEY, 2003).

Da mesma forma que Roux e Fournell (2003) se atentam para a longa existência histórica de algumas funções da agricultura na Europa, entende-se que no Brasil, apesar de uma história oficial menos longa, algumas funções relacionadas

à multifuncionalidade já existiam, como a reprodução socioeconômica das unidades, aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura.

Contudo, a multifuncionalidade consegue romper com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas e passa a assumir outras funções ligadas a conservação dos recursos naturais como: a água, solos, biodiversidade e outros, do patrimônio natural como às paisagens trazendo qualidade aos alimentos.

Constata-se, portanto, que o modelo que anteriormente era economicista se esgotou e a sociedade recorre a novas funções no mundo rural, mais precisamente à agricultura. Nos diferentes continentes a agricultura passou a ser uma atividade mais regulamentada, particularmente no que se refere ao nível de renda dos agricultores. O camponês europeu tradicional e a ascensão do agricultor profissional trazem consigo outros desdobramentos, que se referem inclusive a não aceitação ou exclusão, por parte dos agricultores profissionais e de suas estruturas representativas, da condição de agricultor ao que exerce suas atividades a tempo parcial.

O modelo de desenvolvimento rural sustentável tem vindo para consolidar o modo multifuncional da agricultura e dos sistemas agroflorestais. Aliado a exigência de uma racionalidade econômica, alicerçada em três dimensões: a econômica como produtora de bens de mercado; a ambiental como gestora de recursos e territórios; e a social como integradora de atividades e rendimentos. Portanto, o desenvolvimento rural tem o dever de assentar-se em uma atividade agrícola e florestal economicamente competitiva, ambientalmente equilibrada e socialmente atrativa. Consequentemente, prevendo o aumento da competitividade dos setores agrícola e florestal, o ordenamento correto do espaço rural e gestão sustentável dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida e diversificação da economia nas zonas rurais.

Carneiro (2003) destaca um aspecto importante referente às implicações do uso indiferenciado de multifuncionalidade da agricultura e multifuncionalidade do agricultor. O agricultor como ator social possui múltiplas inserções na sociedade, a possibilidade de integrar as diversas esferas do social a partir de sua atuação já a agricultura parece mais ampla se mantido o olhar centrado de um setor da economia. Neste sentido, a multifuncionalidade da agricultura, facilmente é

confundida com a multifuncionalidade do agricultor. A multifuncionalidade da agricultura só ocorrerá se o agricultor for valorizado como multifuncional, da mesma forma que o reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura pode levar ao crescimento do número de agricultores multifuncionais.

No mundo rural, o modelo local de desenvolvimento pode ser encontrado num ambiente social e econômico caracterizado por um complexo de atividade de produção e valorização dos recursos naturais renováveis, que desenvolve no âmbito de uma base territorial que na Itália, por exemplo, denominou de distrito rural e agroalimentário de qualidade. O modelo de organização tem uma perspectiva de valorização multissetorial com a agricultura integrada a outros setores, como o de artesanato, o comercial e de indústria de pequeno porte que fazem parte do território e se comportam em equilíbrio com o ambiente onde se encontra a atividade agrícola.

Atrás da multifuncionalidade encontra-se um modelo teórico e prático de agricultura, que na Europa, desde a década de 50 estava centrado na modernização e rentabilidade agrícola, esquema este que atualmente advoga por considerar-se integral, global, sustentado e multifuncional no meio rural. No Brasil a multifuncionalidade se desenvolve a partir de uma visão capitalista, enquanto que na Europa esta fundamentada em uma visão camponesa, mas algo tem em comum. Ambos tem como objetivo a permanência do homem no campo, aumento da renda e produção familiar rural.

Esta nova visão, ou esta nova função do meio rural merece ser reconhecida pela importância que as áreas rurais representam, (sejam as que ocupam mais de quatro quintos da superfície terrestre da Europa, e onde vive quase metade da sua população mantiveram no fornecimento de alimento, madeira e energia à população) ou em qualquer outro lugar do mundo. Pois, todos caminham para o mesmo destino em busca do fortalecimento tanto da produção agrícola como não-agrícola e o mais importante alimentação mundial e preservação dos recursos naturais.

## **A Paisagem no contexto da multifuncionalidade**

Para Galvão (2010) a paisagem surge, simplesmente, quando o olhar de qualquer homem ou mulher se pousa sobre um território. Assim a paisagem emerge

na sua materialidade por meio do filtro sócio-cultural da pessoa “olhando”. A partir deste olhar inicia-se um processo de representação no diálogo entre um sujeito que olha e o objeto olhado. E acrescenta que a paisagem não depende só do olhar, mas sim, de todos os sentidos que nos relacionam com o território. Já a Convenção Europeia da Paisagem (2000) define a paisagem como a “parte do território, da forma como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos” (art 1º). Na dimensão paisagística do território, apreende-se de imediato a interface entre natureza e sociedade. De modo particular na Europa, os espaços rurais são lugares privilegiados para apreender a diversidade paisagística, o que equivale dizer, a diversidade dos territórios. (Galvão, 2010).

A paisagem é formada de elementos geográficos que se articulam uns em relação aos outros. Desse modo, alguns pertencem ao domínio natural físico, como o substrato geológico, a geomorfologia, o clima, o solo e a drenagem. Os demais constituem-se ao domínio vivo, a biosfera, que é formada pelo conjunto das comunidades florísticas e faunísticas que nascem, se desenvolvem e dissolvem utilizando o suporte constituído pelo domínio natural abiótico (DOLFFUS, 1973; DE LIMA, 2003). Acrescenta-se a esta paisagem o ser humano como agente transformador dos elementos naturais, considerado o ator decisivo, que transforma e altera o meio natural. O ser humano modifica os elementos constituintes da paisagem, inserindo em espaços naturais componentes que respondem às suas necessidades.

Portanto, trata-se de um conceito complexo que pode ser definido a partir de perspectivas múltiplas. Para Abreu *et al.*, (2004), citado por Galvão (2010) a paisagem é considerada como “um sistema dinâmico, onde diferentes fatores naturais e culturais interagem e evoluem em conjunto. A partir deste, determinam e são determinados pela estrutura global, resultando em uma configuração particular, que englobam o relevo, a cobertura vegetal, o uso do solo e povoamento, que lhe confere uma certa unidade, à qual corresponde a um determinado caráter.

A paisagem pode ser caracterizada como natural ou modificada. A primeira refere-se a um meio que não sofreu alterações, não sendo exposta a ação antrópica, representada por regiões que guardam restrições à fixação humana e suas atividades. A segunda é aquela que sofreu a interferência humana, sendo direta ou indiretamente atingida (DE LIMA, 2003; DOLFFUS, 1991).

A paisagem pode ser classificada em seis níveis taxonômicos (zona, domínio, região, geossistema, geofácies e geótopo) (BERTRAND, 1977). A partir de unidades de paisagem Monteiro (2000) trabalha com o modelo de geossistema onde os elementos naturais que compõem o geossistema são utilizados em primeiro momento, para a realização da divisão de um espaço geográfico em compartimentos. Por meio dessa compartimentação, o pesquisador consegue organizar o espaço, de acordo com o objetivo da pesquisa. Ao compartimentar um espaço em unidades de paisagem, deve-se realizar a correlação dos dados obtidos com as informações fornecidas do meio natural e, portanto, levar em consideração a influência dos elementos sociais sobre o ambiente.

A partir deste entendimento, a paisagem pode apresentar uma fragilidade potencial e/ou fragilidade ambiental. Para Stolle *et al.*, (2007) a fragilidade potencial de uma área pode ser entendida como a vulnerabilidade natural que um ambiente apresenta em função de suas características físicas, como a declividade e o tipo de solo, já a fragilidade ambiental considera, além das características físicas, os graus de proteção que os diferentes tipos de uso e cobertura vegetal exercem sobre o ambiente. Portanto, a fragilidade ambiental é precedida por uma classificação ou organização dos elementos que compõem a porção do espaço a ser estudada, considerando aspectos naturais, bióticos e antrópicos.

A paisagem rural é constituída por seus elementos naturais e sociais, além da dinâmica que provoca as transformações da ação humana sobre o ambiente determinando diferentes usos, desta paisagem, que satisfazem total ou parcialmente os interesses e objetivos daqueles que nela vivem. Galvão (2010) reforça que a paisagem rural é uma construção social condicionada pelas condições naturais, mas continuamente transformada pela atividade humana, incluindo a agricultura, silvicultura, urbanização, etc. Mas os sistemas agrícolas tradicionais e sua evolução ainda são responsáveis pela estrutura e transformação da paisagem rural.

As paisagens rurais de Portugal ainda se identificam com os tempos em que a maioria da população familiar vivia da atividade agrícola. Mas esta paisagem está se fundindo com “outra”, que vai surgindo ao ritmo da transformação da sociedade local, integrando cada vez mais elementos característicos da vida urbana: casas novas com os seus jardins bem cuidados, loteamentos, prédios, comércio atrativos, etc. Originando uma paisagem patrimonial e uma paisagem cotidiana identificada pela multifuncionalidade (GALVÃO, 2010).

Nos debates sobre a paisagem rural, distinguem-se três elementos muito ligados entre si, e de grande atualidade para uma contextualização à escala de Portugal: o espaço “recurso”, dos sistemas de produção e dos respectivos produtores que participam na dinâmica paisagística; o espaço “quadro de vida”, cenário de todas as modalidades mais ou menos densas da chamada ocupação dispersa; o espaço “natureza”, numa nova visão sistêmica que integra os recursos, os quadros de vida e todas as funções biofísicas da natureza “clássica”, tal como se entende na sua contraposição com a cultura. A paisagem rural, como recurso, quadro de vida e interface entre natureza e cultura, integra-se perfeitamente nestes três elementos. Por outro lado, verifica-se um interesse crescente pelo rural. A procura pelo espaço rural em muitos casos é residencial ou turística associada às ideologias que promovem a fuga da cidade: o espaço rural e a sua paisagem lembra, acima de tudo, a tranquilidade, o ambiente natural e a liberdade, a harmonia e a qualidade de vida. (GALVÃO, 2010).

O processo de modernização sobre o meio rural inclui atributos como natureza e o ambiente aliado à tecnologia, promovendo a reestruturação das atividades, além da agropecuária apresentando uma forma diferenciada do olhar da sociedade sobre a paisagem rural. A capacidade de integração entre natureza e sociedade possibilita uma vida mais saudável à população urbana (WANDERLEY, 2000) e ao introduzir atividades alternativas de contato com natureza e se recorre à valorização da paisagem.

Deste modo, a “multifuncionalidade produtiva concorre para que o espaço rural possa preencher “novas” funções, lazer, amenidades ambientais, gestão da paisagem, contribuição para o ordenamento e gestão do território, entre outras e, possa contribuir na revalorização do território rural”, no qual vive uma sociedade significativa que contém a mesma herança histórico-cultural (DE LIMA, 2008. p.2). De Groot, (2006) acrescenta que a “maioria das paisagens proporciona uma multiplicidade de funções que possibilitam vários usos e com diferentes combinações de usos da terra”, além do valor ecológico do ambiente.

O valor ecológico ou a importância de um ecossistema é determinado pela integridade e pelas funções do habitat (DE GROOT, 2006). Para garantir a disponibilidade contínua das funções do ecossistema, o uso de bens e de serviços deve ser limitado à capacidade de uso sustentável, cujos limites são determinados por critérios ecológicos, como a integridade, resistência e resiliência. Para tanto,

funções do ecossistema são definidas como a capacidade dos processos e componentes naturais para fornecer bens e serviços que satisfaçam as necessidades humanas, direta ou indiretamente (De GROOT, 1992).

Galvão (2010) salienta que, embora, a multifuncionalidade do espaço rural tenha surgido como paradigma das políticas agrícolas, este conceito é mais abrangente aplicado à paisagem e pode ser explorado por vários atores, sejam eles, proprietários, agricultores, caçadores, pescadores, visitantes que venham a introduzir novas funções.

A partir do entendimento de que a agricultura multifuncional atribui-se funções que vão além do papel primário de produção de alimentos e fibras, a OCDE ressaltam que além da sua função primária de produção, a atividade agrícola molda a paisagem, fornece benefícios ambientais como a conservação do solo, a gestão sustentável dos recursos naturais renováveis e a preservação da biodiversidade, e contribui para a viabilidade socioeconômica de muitas áreas rurais (GALVÃO, 2010).

Embora, a multifuncionalidade estar aplicado na agricultura contemporânea também pode ser aplicada à paisagem florestal uma vez que reconhece que a paisagem pode proporcionar múltiplos bens socioeconômicos, ecológicos e serviços constituindo uma ponte potencial para um conjunto de demandas complexas cada vez mais diversificadas, tanto de interesse como de reivindicação. Klein (2007) afirma que o conceito de multifuncionalidade pode ser aplicado diretamente para debates sobre paisagens florestais.

Desse modo, as paisagens naturais ou semi-naturais proporcionam benefícios para a sociedade e são de grande valor ecológico, sócio-cultural e inclusive econômico. Estes benefícios resultam da combinação de bens e serviços, por meio de múltiplas funções. Assim, a possibilidade de resgatar do rural seu sentido original envolve um conjunto de práticas orientadas para exercícios de contato com a diversidade natural. Estas atividades podem contemplar as terapias desenvolvidas em espaços rurais, tendo a natureza como beneficente direta, proporcionando tranqüilidade e descanso (DE GROOT, *et al.*, 2002).

Portanto, as paisagens voltadas à agricultura familiar passaram a adquirir outras atividades e funções atribuindo novas formas ao espaço geográfico. Desta forma, a agricultura familiar passa a adquirir novos modelos de produção, através de meios alternativos, como um espaço de lazer, o contato com a natureza, moradia.

Pois, o mundo rural como espaço multifuncional, bem orientado, permite a valorização dos recursos existentes e contribui para o desenvolvimento do meio rural e da integração das explorações produtivas como forma de maximizar os recursos, integrando funções sociais, ambientais, culturais e econômicas às explorações agropecuárias.

## **Conclusão**

A agricultura familiar constitui-se no segmento de extrema importância, além de ter como requisito básico a identificação do sobrenome da família com os valores institucionais e a sucessão da direção dos negócios na família, busca a valorização da paisagem introduzindo outras funções que visam o aumento da renda familiar, sobretudo tornando-a multifuncional.

Assim, a multifuncionalidade da produção familiar conduz a valorização da paisagem e a melhoria da renda, onde a artesanidade, o saudável e o natural vão em busca de novas formas de conduzir a agricultura familiar. Estas novas formas elencam motivações que levam os consumidores a busca de produtos alternativos aos convencionais, enriquecendo a mesa do gaúcho.

Em suma, a introdução da multifuncionalidade nas propriedades familiares rurais trás uma reorganização espacial da paisagem e muitas vezes, constitui uma forma de renda adicional integrando atividades agrícolas e não agrícolas. No entanto, o mundo rural como espaço multifuncional permite a valorização dos recursos existentes e contribui para o desenvolvimento e a integração das formas produtivas maximizando os recursos, integrando funções sociais, ambientais, culturais e econômicas às explorações agropecuárias.

## **Referências Bibliográficas**

BERTRAND, George. Paisagem e Geografia Física Global. Esboço metodológico. **Caderno de ciência da terra**, São Paulo, n.13, 1977.

CARNEIRO, Maria José. **Agricultura, meio ambiente e turismo: desafios para uma agricultura multifuncional** (Nova Friburgo, RJ). In: CARNEIRO, Maria José e MALUF, Roberto S. (Org.) Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003a.

CRISTÓVÃO, Artur Fernando. (2000). **Ambiente e Desenvolvimento de Áreas Rurais Marginais: O Caminho Tortuoso para uma Relação Potencialmente Frutuosa**. Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (EMATER/RS), Nº 1, 2000. p. 46-56.

D'ABREU, Alexandre Cancela; CORREIA, Tereza Pinto; OLIVEIRA, Rosário. (2004), **Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental**. Universidade de Évora, Ed. DGOT-DU, 5 vol, Lisboa. 2004.

DE GROOT, Rudolf. Functions of nature: evaluation of nature in environmental planning, management and decision-making. **Amsterdam**: Wolters-Noordhoff, 1992, 315p.

DE GROOT, Rudolf. Functions-analysis and valuation as a tool to assess land use conflicts in planning for sustainable, multi-functional landscapes. Landscape and Urban Planning. n.75, **Elsevier Publis**. 2006. 175-186p.

DE GROOT, Rudolf. S.; MATTHEW, A. Wilson.; ROELOF, M. J. Boumans. A typology for the classification, description, and valuation of ecosystem functions, goods and services. **Ecological Economics** 41. 2002. p. 393-408.

DE LIMA, Elaine de Cacia. **Qualidade Multitemporal da Paisagem**: estudo de caso na Floresta Ombrófila Mista em General Carneiro – PR. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Curso de Pós-Graduação em Ciências Florestais, Dissertação. 2003.

DE LIMA, Aida Valadas. **Agricultura a Tempo Parcial e Multifuncionalidade do Rural: Novas Perspectivas para o Desenvolvimento Rural?** In: ACTAS do III Congresso de Estudos Rurais (III CER), Faro, Universidade do Algarve, 1-3 Nov. 2007 - SPER / UAlg, CD-ROM. 2008. p.1-10.

DOLFFUS, Olivier. **Análise Geográfica**. Tradução: Heloysa Lima Dantas. Coleção Saber Atual, São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1973.

DOLFFUS, Olivier. **O Espaço Geográfico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S/A. 1991.

FIGUEIREDO, Elisabete. **Ambiente rural – A utopia dos urbanos?** In: Desenvolvimento Rural: Desafio ou utopia? Estudos para Planeamento Regional e Urbano; nº 50, ed. CAVACO, C...Lisboa, PT: CEG-UL, 1999. p 263-279.

GALVÃO, Maria João.; VARETA, D. Nicole 2010. **A multifuncionalidade das paisagens rurais: uma ferramenta para o desenvolvimento**. (Cadernos de Doutorado em Geografia). 2010. Disponível em:<http://www.periodicos.capes.gov.br/ez47/index.php>. Acesso em: 8 de ago. 2012.

KLEIN, Jeffrey A.; WOLF, Steven A. **Toward Multifunctional Landscapes: Cross-Sectional Analysis of Management Priorities in New York's Northern Forest**. Rural Sociology. Volume 72, I.3 p. 391-417. 2007. Acesso em: 15 jul. 2012. Disponível em: [http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10:1526/003601107781799317/abstract](http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1526/003601107781799317/abstract).

MALUF, Renato. **A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira**. In: CARNEIRO, Maria J. e MALUF, Renato. (Org.) Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

OCDE, A synthesis of country reports on jointness between commodity and non-commodity outputs in OECD agriculture. **Proceedings of the Workshop on multifunctionality**, Oecd, Paris 2-3, July 2001.

PERRAUD, Daniel. **Les ambiguïtés de la multifonctionnalité de l'agriculture**. Economie Rurale, 2003.

RÉMY, Jacques. Os **contratos territoriais de estabelecimento ou a conversão inacabada**. CARNEIRO, Maria J. e MALUF, Renato. (Org.) Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

ROUX, Bernard e FOURNEL, Estelle. Multifuncionalidade e emprego nos estabelecimentos rurais franceses: um estudo nas zonas montanhosas de Languedoc Roussillon. In: CARNEIRO, Maria J. e MALUF, Renato. (Org.) Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

SABOURIN, Eric. ; DJAMA, Marcel. **Pratiques paysannes de la multifonctionnalité: Nordeste brésilien et Nouvelle Calédonie**. Economie Rurale 2003. p120-133.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: UFPEL, 2003.

SOARES, A. C. **A multifuncionalidade da agricultura familiar**. In: Revista Proposta, nº 87, Dezembro/Fevereiro de 2001.

STOLLE, Lorena; LINGNAU, Christel; Julio Eduardo Arcee. Mapeamento da fragilidade ambiental em áreas de plantios florestais. **Anais...** XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 1871-1873.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. "Prefácio". In: MALUF, R. S. & CARNEIRO, M. J. (orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma Nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas – O Rural como Espaço Singular e Coletivo. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n.15, outubro, 2000. 258p.

VAN DEPOELE, Laurent. **The European Model of Agriculture (EMA): multifunctional agriculture and multisectoral rural development**. In: INTERNACIONALCONFERENCE EUROPEAN RURALPOLICYAT THE CROSSROADS, 2000, Aberdeen, Scotland. Conference Papers. Disponível em: <http://www.abdn.ac.uk/irr/arkleton/conf2000/papers/vdepoele.doc>. Acessado em: 01 de Fev. 2013.